



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

#### 1. DO OBJETO

1.1. A contratação de empresa prestadora de serviço de agenciamento de viagens devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores para atender às necessidades de locomoção das autoridades, servidores e colaboradores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Nova Friburgo, visando garantir aos órgãos o cumprimento de agendas, de serviços essenciais e não essenciais, ao cumprimento da missão institucional das pastas em solos nacional e internacional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| 1.2. <b>Requisitante:</b>       | Secretaria Geral de Governo;   |
| 1.3 <b>Fundamentação legal:</b> | Leis 8.666/1993 e 10.520/2002; Decreto Federal n.º 10.024/2019; Lei Complementar n.º 123/2006; e, Decreto Municipal n.º 599/2020 |
| 1.4 <b>Período:</b>             | 12 (doze) meses;   |
| 1.5 <b>Tipo:</b>                | Menor preço global aferido através do maior percentual de desconto, nos termos da Lei nº. 8.666/1993;                            |

#### 2. DO SERVIÇO

2.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de agenciamento de viagens, para atender as necessidades do Município pelo período de 12 (doze) meses.

2.2 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | UNID.   | QTDE.  |
|------|--|---------|--|
| 01   | <p>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, aquisição de passagens aéreas e de superfície para atender aos servidores da administração Direta, Indireta ou Fundacional do Município de Nova Friburgo, pelo período de 12 meses. Os serviços de agenciamento de viagens compreendem a reserva, a emissão, a marcação e o fornecimento de passagens aéreas e de superfície, nacionais e internacionais, para trechos diversos à escolha dos órgãos do Contratante.</p> <p>1. Além dos serviços objeto da licitação, caberá ainda ao vencedor do certame prestar, sem ônus para o Município, os seguintes serviços:</p> <p>a) assessoramento para definição da melhor rota, horários e número de vôos semanais, se for o caso, bem como informar as melhores tarifas promocionais vigentes à época da emissão dos bilhetes;</p> <p>b) proceder à entrega dos bilhetes de passagens no local a ser indicado ou quando fora do expediente do Município, colocá-la à disposição dos passageiros nas lojas das empresas transportadoras ou agências de turismo localizadas em endereços próximo ao usuário, ou informá-la do código de transmissão e a empresa aérea, no caso de PTA;</p> <p>c) serviços complementares de reserva de hotel e locação de veículos;</p> <p>d) atender, caso necessário, a emissão de bilhetes em caráter emergencial, devendo estes ficarem à disposição do Município em tempo hábil para embarque do passageiro;</p> | serviço | <b>Prestação de Serviços por 12 (doze) meses</b> |



|   |  |  |
|---|--|--|
| <p>e) oferecer cobertura opcional de seguro-saúde de viajante, a critério dos passageiros.</p> <p>2. O licitante vencedor oferecerá, ainda, quando solicitado:</p> <p>a) assistência ao Prefeito, Vice-Prefeito, aos Secretários Municipais e titulares de órgãos da Administração Direta, Indireta ou Fundacional e demais servidores, quando necessária para emissão de documentos para viagens, como passaportes e vistos consulares;</p> <p>b) serviços de remessa antecipada de numerário para garantias de reservas;</p> <p>c) frete de veículos automotores (ônibus, microônibus e automóveis) no Brasil ou no exterior, com motoristas e guia poliglota, se necessário;</p> <p>d) serviço de traslado nos aeroportos ou estações de embarque e desembarque;</p> <p>e) providenciar atendimento especial às autoridades do Contratante e seus acompanhantes, como "check-in" antecipado, desembarço de documentação, sala VIP e outras cabíveis;</p> <p>Correrá por conta do Município o ressarcimento das despesas com taxas relativas aos serviços citados no item 2, os quais serão cobrados em fatura separada discriminando todos os serviços prestados e anexando os comprovantes das despesas realizadas.</p> <p>O CRITÉRIO DE JULGAMENTO VAI CONSIDERAR O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO A SER APLICADO SOBRE O VALOR DAS PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, NACIONAIS OU INTERNACIONAIS, <u>NO MOMENTO DA COMPRA.</u></p> |  |  |
|---|--|--|

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

**3.1.** A contratação de empresa prestadora de serviço de agenciamento de viagens por empresa devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores faz-se necessária para atender às necessidades de locomoção das autoridades, servidores e colaboradores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Nova Friburgo, visando garantir aos órgãos o cumprimento de agendas, de serviços essenciais e não essenciais, ao cumprimento da missão institucional das pastas em solos nacional e internacional.

**3.2.** Os serviços de agenciamento de viagens compreendem a reserva, emissão, marcação e o fornecimento de passagens aéreas e de superfície, nacionais e internacionais, para trechos diversos à escolha dos órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Nova Friburgo, pelo período de 12 (doze) meses.

**3.3.** Além dos serviços objeto da licitação caberá, ainda, ao vencedor do certame prestar, sem ônus para o Município, os seguintes serviços:

**a)** assessoramento para definição da melhor rota, dos horários e número de vôos semanais, se for o caso, bem como informar as melhores tarifas promocionais vigentes à época da emissão dos bilhetes.

**b)** proceder à entrega dos bilhetes de passagens no local a ser indicado ou quando fora do expediente do Município, colocá-la a disposição dos passageiros nas lojas das empresas transportadoras ou agências de turismo localizadas em endereços próximo ao usuário, ou informá-lo do código de transmissão e a empresa aérea, no caso de PTA.

**c)** serviços complementares de reserva de hotel e locação de veículos.

**d)** atender, caso necessário, a emissão de bilhetes em caráter emergencial, devendo estes ficarem à disposição do Município em tempo hábil para embarque do passageiro.

**e)** oferecer cobertura opcional de seguro-saúde de viajante a critério dos passageiros.

**3.4.** O licitante vencedor oferecera, ainda, quando solicitado:

**a)** assistência ao Prefeito, vice-prefeito, aos Secretários Municipais e titulares e titulares de órgãos da Administração Direta, Indireta ou Fundacional e demais servidores, quando necessária para emissão de documentos para viagens, como passaportes e vistos consulares.

**b)** serviços de remessa antecipada de numerário para garantias de reservas.



c) frete de veículos automotores (ônibus, micro-ônibus e automóveis) no Brasil ou no exterior, como motoristas e guia poliglota, se necessário.

d) serviço de traslado nos aeroportos ou estações de embarque e desembarque.

e) providenciar atendimento especial as autoridades da contratante e seus acompanhantes, como *check-in* antecipado, desembaraço de documentação, sala VIP e outras cabíveis.

**3.5.** Correrá por conta do Município o ressarcimento das despesas com taxas relativas aos serviços citados no item 4.3, os quais serão cobrados em fatura separada, discriminando todos os serviços prestados e anexando os comprovantes das despesas realizadas.

**3.6.** A estimativa do valor foi baseada no último contrato realizado pelo Município para o mesmo serviço, sob o Processo Administrativo nº 8280 de 2017.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação e declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, Direta Indireta; Federal, Estadual e Municipal, bem como as que estejam sob pena de suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

**4.2** *As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).*

**4.3** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

**4.4** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

#### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

|       |                              |  |
|-------|------------------------------|--|
| 5.1.1 | <b>Elemento de Despesa:</b>  | 33.90.33 – Passagens e Despesas com Locomoção                      |
| 5.1.2 | <b>Fonte de Recurso:</b>     | 01   |
| 5.1.2 | <b>Programa de Trabalho:</b> | 04001.0412200012.010 – Serviços de Agência de Viagem e Transporte. |

**5.2** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

#### **6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**6.1.** O servidor municipal designado para acompanhar o contrato fará as solicitações de orçamentos à empresa contratada informando qual o serviço requerido, nome dos



funcionários favorecidos, data da passagem de ida, data da passagem de volta, data da reserva no hotel e tipo do quarto. A solicitação poderá ser realizada por meio de endereço eletrônico do *e-mail*.

**6.2.** A empresa contratada providenciará orçamentos que serão submetidos à análise para identificação dos vôos e reservas mais convenientes.

**6.3.** De posse dos orçamentos, o Município apontará, por escrito, via endereço eletrônico, quais serviços contratar.

**6.4.** A contratada então encaminhará ao servidor requisitante as Reservas Aéreas, Planos de Viagem para conferência dos dados: nomes, trechos, datas, horários e valores, e indicará as alterações necessárias, se houverem. Caso os dados estejam corretos, o servidor municipal então solicitará a emissão dos bilhetes de passagens e *vouchers* de reservas.

**6.5.** A agência contratada disponibilizará os bilhetes e vouchers por meio eletrônico, via e-mail do servidor requisitante, que direcionará aos respectivos destinatários.

**6.6.** A contratada emitirá as notas fiscais referentes ao serviço, que devem ser acompanhadas dos comprovantes de reservas e passagens, além da partilha detalhada contendo: descrição do serviço, nome do passageiro, nome do prestador (empresa aérea/hotel), número da nota fiscal, valor da tarifa, taxa, valor do desconto conforme contrato e valor a receber.

## **7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1** A prestação do serviço se dará no local arrolado abaixo:

**7.1.1.** Palácio Barão de Nova Friburgo, Avenida Alberto Braune, n.º 225, Centro, Nova Friburgo-RJ., CEP: 28613-001;

**7.1.2.** Na sede da Empresa CONTRATADA.

## **8. DA LIQUIDAÇÃO**

**8.1** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **9. DO PAGAMENTO**

**9.1** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**9.2** A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**9.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.



## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**10.1.1** Fiscalizar a execução dos serviços, através de servidor designado para este fim, em conformidade com o contrato;

**10.1.2** Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

**10.1.3** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

**10.1.4** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

**10.1.5** Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

**10.1.6** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**10.1.7** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/1993, da Resolução n.º 400/2016 da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, ou outra que vier a substituí-la, e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

**11.1.1** Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

**11.1.2** Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Geral de Governo, para representá-la na execução do Contrato;

**11.1.3** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

**11.1.4** Dispor de um funcionário para supervisão dos serviços. Este funcionário deverá ter a competência mínima para resolver e atender diretamente as exigências e necessidades da Secretaria Geral de Governo;

**11.1.5** Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso e, ainda, com o funcionário responsável pela supervisão dos serviços a fim de viabilizar comunicação imediata para rápida solução dos casos emergenciais que ocorrerem, disponibilizando assim contato destes e atualizando-os sempre que necessário;

**11.1.6** Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no edital da licitação, bem como na legislação e resoluções pertinentes em vigor;

**11.1.7** Fornecer à Secretaria Geral de Governo os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através desta Secretaria;

**11.1.8** Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência;

**11.1.9** Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

**11.1.10** Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;



**11.1.11** Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Geral de Governo;

**11.1.12** Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa tenha prestado adequada e anteriormente execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto deste termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

**11.1.13** Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

**11.1.14** Certificado de Registro na **EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO**.

## **12. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**12.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive, retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**13.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**14.1** O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

**14.2** Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

| NOME                           | MATRÍCULA | GESTOR / FISCAL   |
|--------------------------------|-----------|-------------------|
| João Paulo Figueiró            | 62.861    | Gestor titular    |
| Aline Oliveira de Bustamante   | 199.017   | Gestor substituto |
| Jorge Roberto França Fernandes | 62.222    | Fiscal titular    |
| Mariana Silveira Topini        | 62.772    | Fiscal substituto |

**14.3** O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários





eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**14.4** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

**14.5** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**14.6** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

## **16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

**16.1** O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

**17.1.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**17.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**17.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**17.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**17.1.5.** Não mantiver a proposta;

**17.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**17.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

**17.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**17.3.** Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

**17.3.1.** Advertência;



**17.3.2.** Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**17.3.3.** Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

**17.3.4.** Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**17.3.5.** Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**17.3.6.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**17.3.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**17.3.8.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**17.3.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**17.3.10.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **19. DA RESCISÃO**

**19.1** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Geral De Governo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

**19.2** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

**19.2.1** Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Geral de Governo;

**19.2.2** O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Geral de Governo.

**19.3** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.





**20.2** Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Geral de Governo.

Nova Friburgo/RJ, 8 de março de 2022.

| GESTOR:   | APOIO TÉCNICO:  |
|---|---|
| <hr/> <b>João Paulo Figueiró</b><br><b>Matrícula n.º 62.861</b> | <hr/> <b>Aline Oliveira de Bustamante</b><br><b>Matrícula n.º 199.017</b> |

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

**Secretário Geral de Governo**  
**Rodrigo Jardim Ascoly**  
**Matrícula n.º 62.863**